

Ata da 35ª Reunião Ordinária do CAP - Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Data : 05.07.96
Horário : 10:00 Horas
Local : Centro Administrativo Dr. Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho

Presidida pelo Comandante Alfredo Fonseca Barcellos e com a presença dos Conselheiros, todos constantes do Livro de Presença, foi realizada a 35ª Reunião Ordinária do CAP - na sala do Centro Administrativo Dr. Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho.

Na abertura o Sr. Presidente dizendo de sua satisfação em presidir o CAP e em participar do contexto portuário, agradeceu a presença dos Conselheiros. Depois submeteu aos mesmos a possibilidade de mais reuniões ordinárias, tendo em vista a transição e todas as circunstâncias que envolvem as atividades portuárias em Paranaguá.

Ficou decidido, pela unanimidade dos Senhores Conselheiros, a manutenção da atual sistemática que segue o que determina o Regimento Interno do CAP. As reuniões continuarão sendo mensais e, sempre que houver um assunto relevante a ser apreciado pelo Conselho, poderão ser convocadas tantas reuniões extraordinárias quanto forem necessárias, a pedido de qualquer Conselheiro ou convocação do Sr. Presidente.

Manifestaram-se os Conselheiros Pedrinho Antonio Furlan, José Aníbal Petrágliã, José Carlos Gomes Carvalho, Carlos Antonio Tortato e Arivaldo Barbosa José, todos a favor dessa decisão.

Em seguida, foi feita a leitura do expediente.

Expediente

1. Aprovação de Atas.

Foram aprovadas as Atas da 34ª Reunião Ordinária, das 3ª e 4ª Reunião Extraordinária e da Reunião Solene de Posse do Comandante Alfredo Fonseca Barcellos, como Presidente do CAP.

2. Posição dos Operadores Portuários

Foi apresentada pela APPA lista com 52 Operadores Portuários Pré-Qualificados.

3. Justificativa de Ausência

Foi justificada a ausência do Conselheiro Luiz Philippe de O. Figueiredo.

Correspondência

1. Expedida

- Comunicação 14/96-CAP, de 29 de maio/96, confirmando Reunião Solene de transmissão de cargo do Comandante Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior para o Comandante Alfredo Fonseca Barcellos, como Presidente do CAP.

- Comunicação 15/96-CAP, de 1º de julho/96, confirmando Reunião Ordinária do CAP para o dia 05.07.96.

2. Recebida

- Ofício 132/96-DP, de 13 de junho/96, do Ministério dos Transportes - Secretaria de Transportes Aquaviários, solicitando deliberação das matérias: Tarifas e Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

- Correspondência s/ nº da Lachmann S/A, de 14 de junho/96, encaminhando FAX da Grimaldi Group (Genova) indicando a possibilidade de cancelamento de suas escalas no Porto de Paranaguá, em razão dos altos custos portuários.

- Ofício 054/96 de 19 de junho/96 do Sindicato dos Trabalhadores Portuários (SINTRAPORT), informando sobre a realização de Seminário nos dias 05, e 06 de julho/96, para discutir o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto e solicitando a sua não inclusão na pauta de reunião do CAP.

- Ofício n° 422/96-APPA, de 26 de junho/96, que encaminha por solicitação do CAP, documentos contendo o seguinte: Estudo da Viabilidade de Ampliação das Áreas de Movimentação; Memorial Descritivo da Demolição dos Armazéns e Cronograma Físico da Demolição; Justificativa para Arrendamento de Armazéns.

- FAX - APPA, de 27 de junho/96 comunicando recebimento de correspondência da SPACE - São Paulo Afretamento e Comércio Exterior, representante da Bonaire Navigation Company, com várias reivindicações para volta de sua linha da carga Geral, todas indicadas neste FAX.

- Carta da ACIAP, informando sobre a realização de reuniões com vários segmentos da área portuária e expondo sua preocupação a respeito da evasão de carga de nosso Terminal com lista de presenças e conclusão a respeito.

- FAX da ACIAP, de 28 de junho/96, informando que convidou para participar da reunião do CAP, o Sr. Luiz Carlos Gonzales, representando o segmento da Carga Geral.

Após a leitura do Expediente o Sr. Presidente passou à Ordem do Dia da Reunião cuja pauta foi apresentada pelo Superintendente da APPA.

Ordem do Dia:

1. Implementação da Lei 8.630/93

- Aprovação do Regulamento do Porto após a revisão;
- Aprovação da Valoração da Nova Estrutura Tarifária;
- Execução da Operação Portuária pelos Operadores Portuários pré-qualificados - entrada e ativação.

2. Custo Portuário

- Discussão sobre o estabelecimento de tetos máximos para todos os custos em Paranaguá: APPA, Terminais, Rebocadores, Praticagem, Agências, Despachantes, Mão-de-Obra, Transportes etc.

3. Criação de Sistemáticas e Mecanismos de Atração de Cargas

- Reativação da movimentação de Carga Geral;
- Manutenção da escala de navios em Paranaguá das linhas que estão demonstrando intenção de mudarem-se para outros portos.

Regulamento de Exploração dos Portos

Com a palavra o Sr. Superintendente José Anibal Petrágliia referiu-se ao Regulamento de Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina destacando que todo o conteúdo do mesmo já está analisado e que resta apenas readequar seu índice. Disse já existir uma proposta da APPA para isso e considera que, no restante, ele está pronto para ser aprovado, se os demais companheiros de Comissão concordarem.

A Conselheira Maria do Socorro como membro da Comissão lembrou que o Regulamento já está aprovado, mas que restam pequenos defeitos a ser corrigidos. Disse que a aprovação foi difícil mas ela ocorreu por consenso.

Discutido o assunto, por proposta do Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho foi dado o prazo da próxima reunião do CAP para aprovação do Regulamento já revisado tendo o Sr. Presidente solicitado à Comissão que o fizesse em 20 dias, prazo em que o Regulamento revisado será entregue aos Senhores Conselheiros para aprovação na aludida Reunião Ordinária.

O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan propôs que a mesma Comissão que elaborou referido Regulamento fizesse sua revisão, com a coordenação do Sr. Presidente. Essa também foi a proposta do Conselheiro Silvio Gori.

Deliberação: O Regulamento para Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina será revisto pela mesma Comissão que o elaborou e apresentado aos Conselheiros do CAP até o dia 25 de julho de 1996, no sentido de ser ratificado na Reunião Ordinária a ser realizada no dia 02 de agosto de 1996.

Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto

O Sr. Superintendente referiu-se ao Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto retirado da pauta por solicitação do Bloco dos Trabalhadores, o que ele concordou, solicitando porém, no que tange aos arrendamentos e diante de pedidos de Companhia de Navegação que desejam continuar operando em Paranaguá ou vir a operar em nosso porto, necessitam desses armazéns. E a única maneira que ele poderá colocar à disposição esses armazéns, será através de licitação.

Diante do exposto a Conselheira Maria do Socorro propôs a formação de uma Comissão com representantes de cada Bloco para decisão sobre o assunto. A Comissão analisaria apenas a questão do Arrendamento de Armazéns.

O Sr. Presidente solicitou do Conselho a indicação dos representantes dos Blocos para essa Comissão. Indicados os nomes foi aprovado, por unanimidade a seguinte Comissão que terá a coordenação do Superintendente da APPA. Pelo Bloco do Poder Público, Carlos Antonio Tortato; pelo Bloco dos Operadores Portuários, Carlos Roberto Frisoli; pelo Bloco da Classe dos Trabalhadores Portuários, Maria do Socorro; pelo Bloco dos Usuários dos Serviços e Afins, João Gilberto Cominese Freire.

Deliberação: No contexto do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto foi criada, para analisar a questão do Arrendamento de Armazéns, uma Comissão formada pelos Conselheiros: Carlos Antonio Tortato, João Gilberto Cominese Freire, Carlos Roberto Frisoli, Maria do P.S. Oliveira da Cruz, sob a coordenação do Superintendente José Anibal Petrágia.

Valoração da Estrutura Tarifária

Em seguida o Sr. Superintendente da APPA referindo-se à Valoração da Nova Estrutura Tarifária destacou que tem atendido a tudo o que compete à APPA fazer dentro do contexto da lei 8.630/93.

Disse que, independente da aprovação dessa Valoração Tarifária a APPA está estudando uma redução drástica nos custos da administração do Porto e nesse estudo está a ida dos Arrumadores para o SINDOP que requisitaria os trabalhadores de capatazias, diretamente. Também consta desses estudos a redução dos extraordinários cobrados pela APPA.

O Superintendente entende que é necessário deixar preparada a Nova Estrutura Tarifária posto que, quando entrar em ativação o Operador Portuário, a valoração tarifária já estará pronta.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli fez comentários sobre a valoração das tarifas do Porto de Santos que considerou importantes. No trabalho feito em Santos foram adotados alguns critérios que precisam ser avaliados e entre eles, a redução semestral de 7% até o ano 2.000, o estímulo a produtividade dos navios e em caso contrário aplicação de penalidades.

O Superintendente da APPA, em aparte e referindo-se à sua viagem a portos da Europa e Ásia, disse que o Brasil está no contrapé dos portos mais evoluídos e, que nesses portos as tarifas privilegiam os navios de maior porte e que tem uma boa prancha operacional.

O Conselheiro Frisoli, na continuação, disse que o CAP deve prosseguir na questão de redução tarifária, mas que deve ser revista a sua estrutura, que por considerá-la rígida, não previa a produtividade. Depois informou que a nova estrutura tarifária do Porto de Santos vigora a partir de agosto.

O Sr. Presidente disse que é urgente decidir sobre a melhor forma de se realizar esse trabalho e de se encontrar algo similar para Paranaguá.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli sugeriu que a mesma Comissão que montou a Estrutura Tarifária poderia fazer sua revisão, porém a adequação da tarifa de Paranaguá, em elaboração na APPA, deveria ser feita logo.

O Conselheiro João Gilberto Cominese lembrou que a valoração em questão foi apresentada ao CAP pela APPA em setembro e foi uma segunda opção, conforme aduziu o Superintendente José Aníbal Petráglio, que acha que, emergencialmente ou se faz uma readequação ou se aprova uma redução.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho fez uma reflexão sobre a mudança de hábitos do consumidor brasileiro: uma mudança comportamental. Para o Conselheiro o que valia ano passado, hoje não vale mais em razão dessa mudança e, nos portos não é diferente.

Disse que o clima é favorável para que o CAP separe o que for emergencial e trabalhe naquilo que redunde em competitividade. Isso significa produtividade e preços mais baixos.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli destacou que a questão do extraordinário cobrado pela APPA deve ser revisto e que Armador nenhum absorve mais ter os custos elevados.

A Conselheira Maria do Socorro observou, em aparte, que os custos gerais é que devem ser vistos e não apenas os do Porto.

O Superintendente referindo-se aos extraordinários cobrados pelo Porto disse que é a lei que determina sua cobrança. Considerou injusto que se referencia apenas no que cobra a APPA e esqueçam o que os demais segmentos cobram do Armador. Depois estranhou também quando reclamam da APPA cobrar 70 reais por uma descarga de contêiner e pagam na retro-área 100 reais.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa lembrou que há muito já havia sugerido a criação de uma Câmara Setorial justamente para ver os custos de todos os segmentos e não apenas de uns poucos.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli considerou que o que encarece os serviços portuários são os acessórios.

O Sr. Presidente considerou que pelas posições dos Blocos havia um consenso para aquilo que deve ser corrigido. Nesse caso, vamos buscar a solução e votos.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho na continuação afirmou que cada um tem que dar a sua contribuição e o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli disse

que não adianta exigir só da APPA a redução tarifária, mas entende que “temos de parar de perder cargas”, depois lembrou que todo mundo tem “gordura para queimar”.

O Conselheiro Carlos Tortato Antonio historiou as diversas discussões no CAP a respeito de custos afirmando que o Porto vem sendo colocado como “bode expiatório” em toda a questão. Depois disse que há muitos que estão se omitindo em baixar seus custos e que se continuar, depois, não vai adiantar baixar 100% de nada.

Referindo-se a preocupação envolvendo a comunidade portuária disse que está todo mundo preocupado porque duas linhas de navegação de grande porte estão saindo do porto. Portanto se está todo mundo preocupado, vamos resolver.

O Conselheiro Frisoli referiu-se aos navios que faziam suas escalas em Paranaguá e que hoje não fazem mais, dizendo que todos tem sua parcela de culpa. Todavia disse que todos precisam “brigar” por Paranaguá porque este é o melhor porto, é o que tem melhores condições operacionais, maiores facilidades etc., mas há um momento em que cansa.

Em seguida o Conselheiro fez críticas à APPA e ao CAP por não ter-se feito representar na Feira de Transportes da América Latina, a Intermodal, realizado há semanas atrás em São Paulo, no Shopping Center Norte.

Ainda sobre a questão do Custo Portuário o Superintendente lembrou que nos portos europeus e asiáticos, por ele visitados, todos os custos no Porto são estabelecidos pela Autoridade Portuária, no nosso caso, o CAP, mas que no Brasil não existe dispositivo legal para fazer com que os segmentos baixem seus custos. Por isso entende que “devemos criar mecanismos para atrelar os custos dos segmentos não alcançados pela Lei 8.630/93”. Disse que há duas maneiras de fazê-lo: criando uma Câmara Setorial no CAP, ou uma lei através do Governo Estadual.

A propósito lembrou que a Petrobrás não está contribuindo com a parte que lhe cabe na Constituição do Fundo de Dragagem.

O Conselheiro Frisoli propôs que todos os segmentos: Porto, Praticagem, Rebocadores, Estiva, Transportes, etc...baixem suas tabelas em 30 por cento e, segundo ele, vamos ver quem vai aderir.

O Sr. Presidente disse que existe uma medida que tem de ser tomada imediatamente e uma outra, que poderia ser uma Câmara Setorial, ou o nome que se dê, para num prazo maior gerar e um documento como o de Santos.

O Conselheiro Arivaldo José lembrando ser sua a idéia da Câmara Setorial, disse que se ela tivesse sido criada quando ele sugeriu, esses fatos não teriam ocorrido. Manifestou-se a favor da criação da Câmara em 30 dias.

O Conselheiro Jairo Matoso enfatizou que a idéia é abrir a “caixa preta” do custo com a criação da Câmara Setorial e que essa é uma idéia antiga oriunda dos Trabalhadores.

O Conselheiro Pedrinho Furlan fez alusão à preocupação da Conselheira Maria do Socorro que devemos tomar cuidados, pois nem todas tem a chamada gordura para queimar. Depois elogiou a posição do Superintendente da APPA que disse não poder interferir nos segmentos.

Na sua opinião o CAP precisa mexer, criando um órgão sob sua coordenação que possa chamar todos os segmentos e ouvi-los. Entende que a Câmara Setorial não é a solução posto que ela trata de assuntos específicos, como foi o caso da indústria automobilística, concorda que o CAP precisa tomar uma decisão mas deve inicialmente encontrar uma forma prática para isso.

Depois sugeriu que todos os segmentos se comprometessem através de um documento em baixar 5% de seus custos. Isso inicialmente.

O Conselheiro José Luiz Boabaid sugeriu que a APPA aproveitasse a filosofia adotada pelo Porto de Santos para rever sua tarifa.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho disse que o que se está discutindo é a sobrevivência do Porto e de cada um dos segmentos que operam nele. Sugeriu que a APPA fizesse uma reunião ampla com todos os segmentos e nessa discussão visse o que pode ser feito no sentido da redução. Aquele que não se comprometer com a idéia teria seu nome revelado.

O Superintendente José Aníbal Petrágli disse que o porto está fazendo a sua parte e não aceita que os demais não o façam. Que a questão do extraordinário está sendo vista e que os demais custos também.

Disse que é sua intenção fazer um grande acordo com os segmentos e fazer as reuniões que precisa para reduzir o custo portuário. Essa deve ser a tarefa da APPA.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli fez referência a um trabalho feito no porto para reduzir a taxa de Capatazias e na movimentação de contêineres e que deve ser dada ao Superintendente autoridade para ele mexer na Tarifa a fim de trazer carga para Paranaguá senão, não vai desenvolver nada. Na sua opinião o Porto está dando a sua cota.

O Conselheiro Silvio Gori sugeriu, diante da presença de representantes de segmentos não alcançados pela lei 8.630/93 e de convidados que eles pudessem, à guisa de contribuição, usar da palavra e externar seu pensamento.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho em aparte disse: Este é o assunto mais importante do Porto. Por isso sugeriu a realização de um Seminário, no que foi apoiado pelo Conselheiro Arivaldo Barbosa José e Silvio Gori.

O Sr. Superintendente, tendo em vista as colocações feitas pelos Conselheiros que deferiram a APPA a responsabilidade de reunir-se com os segmentos para o estabelecimento de tarifas mais atraentes, quis saber se o CAP concorda com a idéia de **teto máximo**.

O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire comentou que existem certos segmentos que tem uma concorrência muito grande. Nesse caso, a concorrência regula o mercado.

A Conselheira Maria do Socorro defendeu que todos devem baixar seus preços, mas concorda que a solução não é a de baixar tarifas no emocional, posto que há quem não tenha condições para isso.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli fez comentários a respeito dos portos concorrentes de Paranaguá, dizendo que a escala dos navios nesses portos é mais barata. Destacou que em Itajaí os custos de Praticagem, Rebocador, Transporte, Capatazia etc... são mais baratos que os nossos.

Depois opinou sobre a proposta do Superintendente de estabelecer tetos máximos para todas as tarifas, dizendo que elas não resolvem todas as questões.

Ficou decidido, por sugestão do Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan, outorgar ao Superintendente da APPA poderes para promover reuniões com todos os segmentos no sentido de redução de seus custos e os resultados dessas reuniões seriam, após, dado conhecimento ao CAP.

Em seguida o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. José Antonio Pereira, representante da Bonaire, que disse ser a Bonaire quem mais movimentava cargas no Brasil e, Paranaguá recebia entre 6 e 7 navios/mês.

Instado pelo Conselheiro Carlos Antonio Tortato, o representante da Bonaire apresentou suas dificuldades no Porto de Paranaguá e apontou o custo da estiva, o custo dos transportes, a inexistência de alternativa ou concorrência e, no caso de movimentação de contêineres, a produção é muito baixa e que há mais avarias.

Explicitando informou que num navio convencional os custos com a Estiva correspondeu a 39% do total, tanto em São Francisco como em Paranaguá. Que os 39% em Paranaguá incidem sobre 201.000 dólares do custo total, enquanto que em São Francisco a incidência é sobre 118 dólares. No caso dos transportes internos, São Francisco cobra 4,5 dólares e Paranaguá 30 dólares.

Quanto a produtividade entre os dois portos disse, que a prancha de São Francisco do Sul está em torno de 2 mil a 2500 toneladas e que o melhor desempenho em Paranaguá não ultrapassa a 1.600 toneladas.

Depois disse que a Bonaire pretende escalar um navio entre 15 e 20 de julho a fim de avaliar as reais condições de Paranaguá, tendo em vista o gesto de boa vontade da APPA de redução de custos.

O Sr. Superintendente comentando as diversas maneiras de redução do Custo Portuário na parte relativa a APPA, disse que está à procura de cargas e, por isso, está propondo ao CAP uma redução imediata de 40% de suas tarifas e onde o Porto possa atuar.

O representante da Bonaire mostrou-se preocupado com a indefinição no que concerne a redução anunciada pela APPA e que isso possa desestimular definitivamente sua empresa que pretende escalar em Paranaguá em meados de julho. Na sua opinião e, para não perdermos essa oportunidade, sugeriu acordo extra oficial para essa operação e, depois, com mais tempo um outro tipo de convenção mais duradoura.

Disse que é importante uma decisão rápida em razão do fechamento de contratos de afretamentos a partir do próximo dia 20 de julho.

Encerrando o representante da Bonaire destacou que os custos onde há competição ele não se preocupa porque o mercado é que dita as regras. Citou o caso dos rebocadores e relativamente a Praticagem informou que o custo em Paranaguá é menor do que o de São Francisco em 40%.

Depois enfatizou que se a Receita Federal não ajudar no despacho e agilização de mercadorias, não adianta o Porto ser eficiente.

Indagado pelo Conselheiro Jairo Matoso o representante da Bonaire informou que o último navio de sua empresa que operou em Paranaguá, o fez, há cerca de dois anos e meio atrás.

Em seguida o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Jorge convidado da ACIAP da área de armazéns que disse que há mais de 60 dias vem se reunindo com o pessoal dos terminais, de armazéns, de transportes, de trabalhadores etc. , e que naquelas reuniões houve tanto consenso que ele estranhou tanta discussão contrária no CAP, do pagador e do recebedor.

Disse que a APPA foi mantida fora da discussão por todos acharem que o Porto era o vilão da história, mas que foi, posteriormente, muito bem recebido pelo Diretor Técnico da APPA para quem foram colocados as reivindicações, fruto das reuniões.

Destacou que a posição da Carga Geral pelo Porto de Paranaguá é grave e uma das alternativas, tendo em vista a competitividade pela redução dos custos, foi a de que os trabalhadores trabalhassem em turnos evitando o extraordinário. Acha que Paranaguá precisa empatar seu custo com o de S. Francisco do Sul.

Referiu-se aos 40 por cento propostos pela APPA como medida bem aceita, mas que ele não estava vendo progresso na aprovação dessa proposta.

Em aparte o Superintendente José Anibal Petrágia disse que sua proposta de redução tarifária tinha por escopo a idéia de que é melhor perder 40 por cento linear do que perder 100 por cento. Completou dizendo que se os contratos de fretes estão para ser fechados no exterior é importante que o Porto tenha já sinalizadas as reduções propostas para que o Armador possa orientar suas decisões.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho em aparte disse que os Conselheiros desconheciam a questão dos prazos de Contrato e sua exiguidade.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli alertou sobre as decisões do CAP e que elas não sejam quebradas no decorrer da vigência desses Contratos porque a consequência é o Porto perder o cliente de vez .

O Superintendente José Aníbal Petráglio enfatizou a necessidade da realização do Seminário já proposto, em caráter emergencial.

Continuando o Sr. Jorge disse que suas reuniões chegaram à várias decisões e que essas decisões foram usadas, em alguns parâmetros, pela APPA.

Encerrou dizendo que Paranaguá precisa sair do discurso e partir para a ação. E que ela deve começar pelo CAP.

Referindo-se ao Seminário e considerando a situação emergencial do Porto na questão do custo portuário, disse que os segmentos devem apresentar propostas concretas nesse encontro e que as discussões não sejam repetidas.

Em seguida o Superintendente da APPA propôs que para o Seminário a ser realizado no dia 14 de julho/96, fossem levados comparativos com outros portos nacionais e internacionais a fim de tornar Paranaguá com atrativos internacionais. Depois entregou ao Sr. Presidente do CAP a Prestação de Contas do Fundo de Dragagem dos meses de abril/maio e junho/96 para avaliação dos senhores Conselheiros.

Ficou decidido que o Seminário proposto pelo Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho seja realizado no dia 14 de julho (domingo) às 09:00 horas sob a coordenação do Superintendente da APPA assessorado por mais de dois componentes do CAP. Conforme solicitação do Sr. Presidente deverão ser convidados a participar dele segmentos que não façam parte do CAP e que estes apresentem propostas concretas.

O Superintendente solicitou então a aprovação da realização do Seminário, patrocinado pela APPA com a participação dos segmentos.

Deliberação: Aprovada por unanimidade a realização, no dia 14 de julho, de um Seminário para Redução do Custo Portuário, com a participação dos diversos segmentos envolvidos nas operações de carga e descarga no Porto de Paranaguá.

Proposta de Adequação Transitória da Tarifa Portuária

O Superintendente expressou que independente do Seminário os segmentos procurassem conversar. Depois, informou que o porto reuniu-se com os segmentos visando a busca de melhores condições objetivando reduzir seus custos. Disse que há partes em que foi reduzido 75% da Capatazia tendo em vista que os Arrumadores passem a ser requisitados pelos Operadores Portuários através do OGMO. Esse trabalho foi feito em comum acordo com as partes. Já foram vistas as operações com a Carga Geral e Contêineres e que faltam apenas dois segmentos. Essa proposta precisa ser divulgada, além da necessidade de ser firmado em acordo com o SINDOP e, a partir daí, ser levado ao CAP. Só então é que a APPA poderá emitir uma Ordem de serviço com as novas disposições tarifárias.

O Conselheiro Frisoli não vê como o SINDOP possa manifestar-se a respeito, mas entende que o CAP deve dar toda autoridade à APPA para readequar a Tarifa Portuária. Depois, de acordo com a lei, o CAP homologa.

Em seguida, diante do desconhecimento por parte dos Senhores Conselheiros explicou ao CAP que existe uma proposta para Carga Geral- madeira - e uma proposta para descarga de graneis sólidos, ainda não concluída; uma para contêineres que já está pronta, e uma outra, para graneis - embarque , que também não está pronta.

O Superintendente observou que a partir dessa homologação os Operadores passam a requisitar trabalhadores diretamente do OGMO. Alertou, para deixar bem claro que esse trabalho foi feito pelo setor técnico da APPA sem a sua participação, mas que os segmentos acharam viáveis esses valores.

O Conselheiro Frisoli sugeriu sua aprovação “ad referendum” do CAP.

O Conselheiro Carlos Antonio Tortato, depois de ouvir a manifestação do Conselheiro José Luiz Boabaid a favor, disse que embora não seja de conhecimento do CAP e, sim fruto de negociações dos segmentos com a APPA, sugeriu que a matéria fosse aprovada.

Posta em votação pelo Sr. Presidente, a matéria foi inicialmente aprovada pelos Blocos, a exceção do Bloco dos Trabalhadores que entendeu não ser correto aprovar uma coisa que eles não sabiam o que continha.

Em seguida foi deferida a palavra ao Conselheiro Frisoli para expor o que realmente havia sido aprovado...

Antes o Conselheiro Carlos Antonio Tortato observou disse que estava votando a favor por entender que o momento exige definições, por isso estava dando esse voto de confiança, todavia, se houver algo nefasto, o assunto poderá ser rediscutido e revisto.

Na continuidade o Conselheiro Frisoli deu algumas informações sobre o acordado dizendo que a proposta do Porto e, por exemplo, na Carga Geral reduz de R\$ 4,23 para R\$ 2,60; na madeira, de R\$ 2,67 para R\$ 2,00. A APPA tem suas responsabilidades delimitadas etc. Disse que o Porto deverá corrigir a taxa de armazenagem hoje estipulada em R\$ 0,56 por tonelada e que ela está muito aquém dos preços do mercado, fato que estimula a utilização de armazéns da APPA e que esse não é o negócio do Porto.

No momento em que o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli estava detalhando a matéria a Conselheira Maria do Socorro, em aparte, disse que houve um descumprimento do Regimento Interno. Segundo a Conselheira a matéria para ser votada e aprovada deve ser remetida ao CAP com uma antecedência de 5 dias. Sua proposta é desconsiderar o que foi votado.

O Conselheiro Frisoli interrompendo as informações sobre o que havia sido aprovado e diante das colocações da Conselheira Maria do Socorro disse que a proposta não era sua, e sim do porto.

O Conselheiro Carlos Antonio Tortato dizendo que tem ouvido sindicalistas reclamando sobre a redução da movimentação de Carga Geral, entende que há problemas e que um deles é o custo de Capatazias. Entretanto, na medida em que o Porto faz uma proposta e a discute com os segmentos interessados não vê porque o CAP não aceitá-lo. A discussão quanto a forma, ainda que a Conselheira

tenha razão na alegação do Regimento, acaba fazendo com que o CAP não saia do discurso.

O Conselheiro José Carlos Carvalho ao indagar do Bloco dos Trabalhadores se a decisão tomada lhe afetava de alguma forma concitou-os a votar tendo em vista o caráter emergencial e o fato da adequação proposta pelo porto, ser uma solução inteligente.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli lembrou que o CAP aprovou um reajuste tarifário de 33 por cento em outubro/95, contra a vontade do Superintendente e a solução foi catastrófica, agora ele vem e propõe uma nova saída, pois que se permita que ele a faça tranquilamente.

A Conselheira Maria do Socorro, em aparte, justificou dizendo não ser o Bloco dos Trabalhadores contra a iniciativa, mas que os trabalhadores não tomaram conhecimento do processo e que seu Bloco tem responsabilidades com as categorias que representam. Concordou em seguida em votar, desde que não ocorram prejuízos aos trabalhadores.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho concordando que não apenas o Bloco dos Trabalhadores desconhecia a matéria, mas todo o CAP disse que devemos avançar e que o cliente é que deve prevalecer. Reconheceu ainda, válida a reclamação dos Trabalhadores.

O assunto foi outra vez submetido à votação e aprovado por unanimidade com a ressalva solicitada pelo Bloco dos Trabalhadores e que tem a seguinte redação:

Deliberação: Foi aprovada a proposta de Adequação Transitória da Tarifa Portuária, desde que não venha a prejudicar nenhum dos Blocos.

Rebocadores

Em seguida foi dada a palavra ao representante dos Rebocadores Sr. Luiz Fernando Mazzitelli. Inicialmente ele lembrou da reunião feita no CAP sobre Custo Portuário feita há cerca de 6 meses e que os Diretores das Companhias de Rebocadores estiveram presentes.

Daquela reunião redundaram tratativas com o SINDAPAR e uma solução foi encontrada com a adoção de uma tabela única que previu redução de custo.

Destacou que, com isso, antes do navio chegar ao Porto já saberão os armadores quanto custarão as operações com Rebocadores.

Lembrou que no caso específico de Paranaguá existe concorrência e que este segmento estará sempre a disposição para participar das discussões como as que acontecem no CAP.

Praticagem

Depois do representante dos Rebocadores Sr Luiz Fernando Mazzitelli, falou o advogado Dermot Barbosa em nome da Praticagem e do Sindicato dos Práticos do Estado do Paraná. Disse que a Praticagem já vem estudando a redução de seus custos. Depois falou dos acordos regionais que vem sendo feitos. Defendeu as parcerias e informou que o impasse existente é com o Sindapar que no vencimento do acordo existente, não quis renová-lo. Em razão disso a Praticagem vem fazendo acordos individuais com Agências, inclusive com Armadores. Nos acordos que vem sendo feitos a Praticagem tem reduzido em 25% seu custo.

Depois disse que, quem se propuser ver o preço da Praticagem, deve saber o tamanho do serviço da Praticagem e que em Paranaguá é de 20 milhas.

Dizendo que os Práticos, ou estão no país errado ou não entendemos nada do que está acontecendo, o Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho criticou o custo da Praticagem, das Lanchas e dos salários dos Práticos, face a influência deles no Custo Portuário. Acha que existe muita gente ganhando o que não é a média que ganham determinadas categorias no Brasil.

Depois referiu-se a uma Emenda existente no Congresso Nacional a fim de regulamentar a atividade e corrigir as distorções existentes e que constituem um clamor nacional.

O Superintendente José Anibal Petrágli aduziu que a APPA e os seus usuários têm feito investimentos de monta na dragagem do canal a fim de dar maior segurança à navegação e se há essa segurança tem de haver, como contrapartida, uma queda nos preços dos Práticos e até mesmo permitir que os próprios Comandantes dos navios decidam quanto à necessidade ou não desses Práticos na entrada ou saída do Porto de Paranaguá.

O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho ao se congratular com o Presidente do Sindicato dos Práticos, considerou a reunião do CAP produtiva.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José, dizendo estar fora da pauta ainda assim referiu-se ao falecimento de um estivador à bordo de um navio e, de outro gravemente ferido e que o Sindicato está apurando responsabilidades.

Flutrans

Depois comentou que a empresa Flutrans não vem pagando os trabalhadores nas 48 horas após a realização das tarefas, conforme é a praxe, levando cerca de 20 e até 30 dias para liquidar seu débito com o Sindicato.

Em aparte o Superintendente da APPA informou que há 9 (nove) meses essa mesma empresa não paga seus arrendamentos ao porto e que mandou segurar as requisições.

Disse que o CAP é soberano e deve impor condições contra os que prejudicam a normalidade da operação e dos segmentos. Não vê como se vai fazer um porto de primeiro mundo se as questões tiverem de ser resolvidas pela via judicial.

O Sr. Presidente, em seguida, marcou com a aceitação dos Blocos a **próxima Reunião Ordinária do CAP** para o dia **02.08.96 às 10:00 horas**, havendo necessidade convocará o Conselho para Reunião Extraordinária.

O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e como nada mais havia a ser tratado encerrou a 35ª Reunião Ordinária do CAP, tendo eu **Ivany Marés da Costa**, lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes à reunião.

Ivany Marés da Costa
CGM. Alfredo Fonseca Barcellos (Presidente)
José Anibal Petrágliã
Carlos Antonio Tortato
Luiz Ivan de Vasconcellos
José Silvio Gori
Milton José Machiavelli
Carlos Roberto Frisoli
Arivaldo Barbosa José
José Arnaldo Reichert
Antonio Jairo Matoso
Carlos de Oliveira da Velha Filho
Wilson Moraes da Silva
Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira M. da Cruz
Pedrinho Antonio Furlan
Julio Monteiro de Souza
José Carlos Gomes Carvalho
Divaldo Correia
José Luiz Boabaid
Edgard Wehmuth Ragonha
José Roberto de Almeida Correia
João Gilberto Cominese Freire
Clovis de Mello